



CARTA CONVITE 003/2010
PROCESSO LICITATÓRIO 004/2010

Regência Legal: Lei Federal 8.666/93 com suas alterações
Modalidade: Carta Convite no 003/10
Câmara Municipal de Vitória da Conquista/BA
Tipo de Licitação: Menor Preço
Prazo para entrega da documentação exigida: **MESMA DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES**

Início da abertura dos envelopes:

Data: 05/07/2010

Hora: 09:00 horas

Local: Plenário Vereadora Carmem Lúcia, 1º andar do
Prédio da Câmara Municipal de Vitória da
Conquista/BA.

CAPÍTULO I

DO OBJETO

1.1 – Contratação de 01 (uma) emissora de rádio, frequência modulada (FM), de natureza educativa, com objetivo de veicular: as sessões ordinárias, solenes e especiais todas as quartas e sextas-feiras a partir das 08:30 horas até o término das atividades, bem como as sessões extraordinárias porventura determinadas: os eventos e atividades de grande relevância para a sociedade, em horários esporádicos, a serem definidos com antecedência, em comum acordo, entre as partes envolvidas; 08 spots institucionais diários, informativos e educativos, de 60 (sessenta) segundos cada no programação da rádio. O contrato terá duração até 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado por determinação da contratante.

1.2 – O Contrato pode ser aditivado, conforme as necessidades da Contratante, mediante aditivo contratual de 25% (vinte e



cinco por cento), com fundamento no artigo 65, parágrafo 1º, da Lei de n. 8.666/93, e suas alterações.

1.3 – As despesas com o objeto do presente Contrato correrão por conta da dotação própria da Casa Legislativa Municipal.

CAPÍTULO II

DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 – A licitante deverá declarar, que, a mesma atende às exigências da Lei nº 4117 de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações e legislações posteriores.

2.2 – Será condição, também, que a licitante possua audiência abrangente em todo território do Município de Vitória da Conquista – BA;

2.3 – A empresa licitante deverá estar cadastrada ou não junto ao setor de compras da Câmara Municipal de Vitória da Conquista, e possuir o certificado cadastral com data de validade;

2.4 – As empresas não cadastradas que desejarem participar desta licitação deverão apresentar até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, os seguintes documentos, a fim de se cadastrarem:

2.5 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

2.5.1 – Registro na Junta Comercial do Estado em que se encontra a sede da licitante;

2.5.2 – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, e alterações em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

2.5.3 – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira, em funcionamento no país, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



2.6 – REGULARIDADE FISCAL

2.6.1 – Cartão do CNPJ, Inscrição Estadual e Municipal, conforme o caso.

2.6.2 – Certificado de Regularidade com o FGTS, em vigor na data de apresentação da proposta;

2.6.4 – Prova de regularidade para com as Fazendas Públicas, Federal, (Secretária da Receita Federal e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal do Domicílio ou sede da empresa licitante, ou outra equivalente na forma da lei;

2.6.5 – Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da empresa licitante.

CAPÍTULO III DA SESSÃO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO, DAS PROPOSTAS E DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

3.1 – Do Recebimento da Documentação e Propostas

3.1.1 – Na data, horário e local indicados neste edital, a Comissão Permanente de Licitação, receberá dos proponentes, simultaneamente, dois envelopes, sendo:

3.1.2 – ENVELOPE A – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – Contendo o nome da empresa e o número desta licitação, Certificado de Regularidade junto ao INSS, FGTS e Fazenda Municipal.

3.1.3 – Os documentos de habilitação, inseridos no envelope A, poderão ser substituídos pelo Certificado de Registro Cadastral do Município;

3.1.4 – ENVELOPE B – PROPOSTA DE PREÇOS – Contendo proposta de preços

3.1.5 – Os documentos constantes em cada envelope deverão compor um conjunto único, sem folhas soltas, preferencialmente numeradas em seqüência;



3.1.6 – As licitantes deverão encaminhar os envelopes citados no item 3.1, devidamente lacrados, com os dizeres abaixo:

“COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA
CARTA CONVITE No 003/2010
DATA DA SESSÃO DE ABERTURA: 05/07/2010 às
09:00 horas
IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE
ENVELOPE A ou B (identificar o envelope conforme
item 3.1)”

3.1.7 – Após o presidente da Comissão de Licitação ter declarado encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro envelope ou documento será aceito.

3.1.8 – Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação de documentos de habilitação exigidos neste Instrumento e não entregues à reunião destinada à habilitação;

3.1.9 – A abertura dos envelopes de documentação e proposta será realizada em ato público, do qual lavrar-se-á ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pelos membros da Comissão de Licitação (Art. 43, parágrafo 2º).

3.1.10 – Não serão recebidos envelopes encaminhados por via postal ou, ainda, entregues em local, dia ou horário diferente do estabelecido.

3.2 – Do Julgamento da Habilitação

3.2.1 – O julgamento da habilitação dos interessados será iniciado com a abertura dos envelopes correspondentes a documentação (envelope “A”) e será feito à vista do exame dos documentos apresentados.

3.2.2 – Os documentos retirados dos envelopes serão submetidos à apreciação dos licitantes presentes, facultando-se a estes rubricá-los, na presença da Comissão de Licitação, que também os autenticarão.

3.2.3 – A Comissão de Licitação, após a abertura dos envelopes relativos à documentação da habilitação, poderá suspender a



reunião a fim de que tenha melhores condições de análise, marcando, na oportunidade, nova data e/ou horário em que voltará a reunir-se com os interessados, ocasião em que será apresentado o resultado do julgamento da habilitação.

3.2.4 – Ocorrendo o caso previsto no item 3.2.3., a Comissão e licitantes deverão rubricar todos os documentos apresentados e envelopes lacrados contendo as propostas, que ficarão em poder da Comissão até que seja julgada a habilitação, ou após o julgamento dos recursos interpostos.

3.2.5 – O não comparecimento de qualquer dos licitantes a nova reunião marcada não impedirá que ela se realize, não cabendo ao ausente o direito a reclamações de qualquer natureza.

3.2.6 – Será julgado habilitado o licitante que apresentar os documentos exigidos de conformidade com o Capítulo III desta Carta Convite.

3.2.7 – Será inabilitado o licitante que não atender às exigências do Capítulo III desta Carta Convite.

3.2.8 – Durante a reunião destinada aos procedimentos de que trata este Capítulo, somente poderão se manifestar os licitantes, que comprovadamente, possuam representação legal.

3.2.9 – Do resultado do julgamento da habilitação caberá recursos, na forma definida neste instrumento.

3.2.10 – Julgada a habilitação e divulgado o seu resultado, a Comissão poderá, na mesma reunião, proceder à abertura dos envelopes das propostas de preços, desde que tenha havido desistência expressa dos licitantes inabilitados em interpor recursos, o que será consignado em ata.

3.2.11 – Na hipótese de recurso, os envelopes contendo as propostas de preços dos concorrentes inabilitados (envelopes "B"), ainda fechados, serão devolvidos aos respectivos licitantes, mediante recibo, desde que não tenha havido recursos ou, havendo, após a sua denegação.



CAPÍTULO IV DAS PROPOSTAS E DOS REPRESENTANTES

4.1 – A proposta de preço será apresentada no envelope “B”, na forma do Capítulo III do presente instrumento, e deverá atender aos requisitos abaixo:

4.1.1 – Ser datilografada ou digitada, sem emendas, entrelinhas ou rasuras, com o nome do(a) proponente;

4.1.2 – Ser digitalizada ou datilografada em folha de ofício, da seguinte forma: disponibilizar um valor (preço) global para todos os serviços, haja vista a dificuldade de se mensurar o preço em unidade de tempo (valor por minuto), vez que a maioria dos programas a serem veiculados possui tempo de início, mas, não marco exato de término, como acontece, por exemplo, em relação às transmissões das sessões;

4.1.3 – Ser entregue no local, dia e hora estabelecidos neste instrumento;

4.1.4 – Ser assinada em sua parte final, bem como rubricadas em todas as folhas, pelo representante legal do licitante;

4.2 – Os preços apresentados deverão incluir todos os custos, como, impostos, taxas, etc;

4.3 – As propostas deverão ser grafadas com duas casas decimais, após a vírgula. Caso alguma proposta apresente três dígitos, o terceiro será desconsiderado, sem qualquer aproximação;

4.4 – Não serão aceitos descontos ou correção de valores no momento do julgamento;

4.5 – A proposta terá validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados a partir da abertura da mesma;

4.6 – Não serão aceitas propostas sem assinaturas;

4.7 – Serão, declaradas vencedoras, as propostas que apresentarem menores preços por item;



4.8 – Da Sessão pública será lavrada Ata Circunstanciada dos trabalhos, que deverá ser assinada pelos membros da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e pelos representantes credenciados das LICITANTES, presentes na sessão;

4.9 – As dúvidas que surgirem durante a sessão serão devidamente consignadas em Ata, a juízo da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, e resolvidas por esta, na presença das LICITANTES ou de seus representantes, ou deixadas para posterior deliberação.

4.10 – DOS REPRESENTANTES LEGAIS

4.10.1 – A Empresa interessada poderá credenciar um representante, para acompanhar todas as fases do processo.

4.10.2 – O credenciamento será feito através de documento próprio, que deverá está anexo aos envelopes citados no item 3.1..

4.10.3 – O documento de credenciamento deverá está com firma reconhecida do outorgante, procurador ou titular, que terá competência para intervir em qualquer fase do procedimento licitatório, bem como no acompanhamento da execução do objeto contratado e responder para todos os efeitos, no presente momento ou a *posteriori*, por sua representada.

4.10.4 – A ausência do credenciamento não constituirá motivo para a inabilitação ou desclassificação de proposta da empresa LICITANTE; também não o será, se o referido documento estiver inserido em quaisquer dos envelopes obrigatórios.

4.10.5 – O instrumento que comprovará a representatividade da Empresa LICITANTE será:

4.10.6 – Para procurador – procuração com firma(s) reconhecida(s) do(s) outorgante(s);

4.10.7 – Para sócios ou titulares de empresa individual, contrato social ou registro de firma individual;



4.10.8 – O representante (proprietário ou procurador) deverá estar munido de documento hábil de identificação, para, se convocado identificar-se.

4.10.9 – Na ausência do credenciamento, a empresa LICITANTE ficará sem representante perante a Comissão, não podendo fazer consignar em Ata suas observações, rubricar documentos, bem como praticar os demais atos de um mandatário, até que esta necessidade seja atendida;

4.10.10 – Somente será admitida a participação dos representantes credenciados pelas LICITANTES. As demais pessoas presentes não poderão pronunciar-se, exceto os membros da Comissão e Técnicos, eventualmente, convidados por esta.

4.10.11 – A qualquer momento, durante a fase do processo licitatório ou execução do objeto, o interessado poderá substituir seu representante, nomeando, imediatamente, novo representante.

CAPÍTULO V

DOS RECURSOS

5.1 – Contra o resultado da inabilitação ou julgamento da licitação de que trata este instrumento, será admitido recurso, por escrito, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de divulgação da decisão, ou da notificação da Licitante, conforme ciência de seu representante legal ou procurador em ata.

5.2 – O recurso deverá estar suficientemente fundamentado, acompanhado de documentos pertinentes.

5.3 – Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 02 (dois) dias úteis.

5.4 – O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento do recurso pela autoridade superior.



5.5 – O recurso de habilitação de julgamento das propostas terá efeito suspensivo.

5.6 – Se houver provimento do recurso, será anulado o julgamento das propostas, procedendo-se a novo julgamento, salvo se estiver comprometida a própria regularidade da licitação, caso em que a cominação da nulidade recairá sobre todos os atos praticados, inclusive o da abertura da competição.

5.7 – A decisão que julgar os recursos será comunicada, por escrito, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados de sua data, mediante carta, fax, telegrama ou outro meio de comunicação admitido em Direito, ao Recorrente, se improvida a impetração, e a todos os licitantes, se houver provimento.

CAPÍTULO VI DO PAGAMENTO E DA ADJUDICAÇÃO DO CONTRATO

6.1 – O pagamento dos serviços objeto desta licitação deverá ser efetuado no prazo usual de processamento (trinta dias).

6.2 – O pagamento estará condicionado à apresentação das respectivas notas fiscais referentes aos serviços prestados, devidamente atestados por quem de direito.

6.3 – Após a homologação da presente licitação e adjudicação do seu objeto, a ADJUDICATÁRIA será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da convocação, assinar o competente Contrato.

6.4 – O não atendimento da convocação por parte da ADJUDICATÁRIA para a assinatura do contrato, ou a sua recusa injusta em assiná-lo, no prazo definido no item 6.3, será configurado como descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a ADJUDICATÁRIA infratora, ao pagamento de multa correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, além de outras sanções legais cabíveis.

6.5 – Não atendendo as empresas LICITANTES classificadas em 1º (primeiro) lugar à convocação para assinar o Contrato, ou, deixando de fazê-lo, por qualquer motivo a ela imputado, convocar-se-á nos termos do art. 64 da Lei 8666/93, outras



empresas LICITANTES, segundo a ordem de classificação, caso haja interesse da Câmara Municipal na não realização de nova licitação.

6.6 – O disposto no item 6.4 não se aplica aos LICITANTES remanescentes convocados para a assinatura do contrato, nos termos e condições da ADJUDICATÁRIA, quando esta deixar de assiná-los.

6.7 – Sem prejuízo das disposições previstas em lei, obriga-se a ADJUDICATÁRIA a:

6.7.1 – Aceitar a prorrogação do presente contrato, nos mesmos termos deste, no prazo previsto no item 1.2, mediante a celebração de Termos Aditivos, obedecendo-se ao limite de valor previsto para a modalidade licitatória.

6.7.2 – Assegurar a boa qualidade dos serviços objeto deste instrumento.

6.7.3 – Assumir inteira responsabilidade Civil e Administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste instrumento.

6.7.4 – Não transferir ou ceder o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem o prévio consentimento da Câmara Municipal de Vitória da Conquista.

6.7.5 – Não caucionar ou utilizar o contrato a terceiros, no todo ou em partes, sem o prévio consentimento da Câmara Municipal de Vitória da Conquista.

CAPÍTULO VII

DAS PENALIDADES E DAS CONDIÇÕES GERAIS

7.1 – Com base no artigo 87 da Lei 8666/93, a Câmara Municipal de Vitória da Conquista poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada, pela inexecução total ou parcial do contrato, as seguintes sanções:

7.2 – Advertência.



7.3 – Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

7.4 – Suspensão temporária de participação em processos licitatórios, pelo prazo de 02 (dois) anos.

7.5 – A não emissão de declaração de idoneidade, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

7.6 – A Câmara Municipal de Vitória da Conquista poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93.

7.7 – Não serão admitidas, nesta licitação, empresas suspensas ou impedidas de licitar, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

7.8 – É vedada a transferência, total ou parcial, para terceiros, do objeto desta licitação.

7.9 – A Comissão Permanente de Licitação terá competência para dirimir dúvidas que porventura o presente instrumento possa suscitar, conquanto estas sejam argüidas, por escrito, até 02 (dois) dias úteis, antes da data fixada para abertura dos envelopes da habilitação.

7.10 – As controvérsias oriundas do certame serão dirimidas, se porventura houver necessidade, pelo Juízo da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Vitória da Conquista.

Vitória da Conquista/BA, 22 de Junho de 2010.

Presidente da Comissão

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.